

O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E A EXPANSÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS (1909-1930)

Marcelly Kathleen Pereira Lucas
Olívia Morais de Medeiros Neta

RESUMO

Este trabalho insere-se no campo da história da educação profissional e tem como objetivo analisar a expansão das escolas profissionais mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no Brasil no período de 1909 a 1930. A partir do mapeamento e da análise das fontes buscamos as questões como: Como o Ministério favoreceu a expansão do ensino profissional. Como as escolas profissionais estavam distribuídas pelo território brasileiro? Que tipo de escolas eram criadas com maior frequência? Qual tipo de escola era mais comum em cada região? Para responder tais questões realizamos o mapeamento e a análise das fontes no período supracitado. O referencial teórico baseia-se na concepção de educação profissional de Manfredi (2003) e insere-se na dimensão da história política segundo Rémond (2003) e Barros (2005). Através da análise das fontes podemos perceber que o ministério criou e também financiou escolas agrícolas, industriais e comerciais, sendo mais comum as escolas agrícolas.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação Profissional, Ensino Agrícola, Ensino técnico.

THE MINISTRY OF AGRICULTURE, INDUSTRY AND COMMERCE AND THE EXPANSION OF PROFESSIONAL SCHOOLS (1909-1930)

ABSTRACT

This work is in the field of the history of professional education and aims to analyze the expansion of professional schools maintained by the Ministry of Agriculture, Industry and Commerce in Brazil from 1909 to 1930. From the mapping and analysis of sources we seek questions such as: How did the Ministry favor the expansion of professional education? How were professional schools distributed throughout Brazil? What kind of schools were created most often? Which type of school was most common in each region? To answer such questions we performed the mapping and analysis of the sources in the above period. The theoretical framework is based on Manfredi's (2003) conception of professional education and fits into the dimension of political history according to Rémond (2003) and Barros (2005). From an analysis of the sources we can see that the ministry created and also funded agricultural, industrial and commercial schools, with the most common being agricultural schools.



KEYWORDS: History of Vocational Education, Agricultural Education, Technical Education.

1 APRESENTAÇÃO

O Ensino Profissional é um campo marcado pelas relações entre educação e trabalho, permeado por conflitos e interesses políticos e sociais. No início do século XX, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi um dos maiores responsáveis pelo desenvolvimento e controle dessa área no Brasil. Nessa perspectiva, esse estudo tem o objetivo de analisar a expansão do Ensino Profissional no Brasil, no período de 1909 a 1930, a partir das determinações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1909, o ministério, criado pelo decreto 1.606 de 29 de dezembro de 1906, foi reorganizado e instalado através do decreto 7.501 de 12 de agosto de 1909, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas passou a ser o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. No ano de 1929 o ministério foi novamente reorganizado e desmembrado em dois ministérios distintos, Ministério da Agricultura e Ministério da Indústria e Comércio através do decreto 19.448 de 3 de dezembro de 1930. Nessa divisão as escolas agrícolas ficaram sob a jurisdição do Ministério da Agricultura e as escolas comerciais e industriais com o Ministério da Indústria e Comércio. Dessa forma, adotamos o recorte temporal de 1909 a 1930 visando analisar a expansão das escolas profissionais agrícolas, industriais e comerciais.

Assim, objetivamos com esse estudo analisar a expansão das escolas profissionais mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no Brasil no período de 1909 a 1930. Além disso, buscamos contribuir com os estudos sobre a História da Educação Profissional no Brasil e a possibilidade de novas fontes e temas de pesquisa.

Metodologicamente, adotamos um caminho que partiu do mapeamento, categorização e análise das fontes, os relatórios do Ministério apresentados anualmente no período supracitado. Também realizamos um levantamento bibliográfico sobre o tema, trazendo alguns estudos que se aproximam do nosso pelo recorte temporal e temática para contribuir com as discussões aqui apresentadas. Nessa construção, buscamos responder aos seguintes questionamentos: Como as escolas profissionais criadas ou mantidas pelo Ministério estavam distribuídas pelo território brasileiro? Que tipos de escolas eram criadas com maior frequência? Qual tipo de escola era mais comum em cada região? O que influenciava a criação dessas escolas?

Dessa forma, esse estudo está inserido no campo da Educação Profissional, especificamente, no domínio da História da Educação Profissional segundo a concepção de Silvia Manfredi (2003), na dimensão da história política de René Remond (2003) e José D'Assunção Barros (2005) e na abordagem metodológica de análise documental segundo Arostegui (2006).

A partir disso, construímos esse trabalho da seguinte forma, primeiramente trataremos da organização do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em seguida, apresentaremos os resultados referentes a cada tipo de escola e a sua distribuição no território brasileiro e, por fim, as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Para a construção desse estudo o processo metodológico iniciou com a pesquisa documental nas fontes, os relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Os relatórios eram apresentados ao fim de cada ano pelo ministro em exercício ao presidente da República. Neles os ministros descreviam todas as atividades do ministério naquele ano, as ações

desenvolvidas e seus desdobramentos, as dificuldades enfrentadas, os desafios superados, o acompanhamento dos estados, a movimentação contábil e também os instrumentos legais mais importantes como leis, decretos e recrutamentos que interferiram nas ações realizadas naquele ano até a data de apresentação do relatório. Ao todo foram analisados dezenove relatórios, pois os documentos referentes aos anos de 1915 e 1921 não estavam disponíveis. Foi realizada no acervo digital do Center for Research Libraries, da Universidade de Chicago, na coleção Brazilian Governments Documents, na sub-coleção de relatórios ministeriais, na seção do Ministério da Agricultura.

Nessa busca percebemos que o ministério desenvolveu diversas ações para o desenvolvimento do ensino profissional, no entanto, dado o objetivo deste estudo nos debruçamos somente sobre os resultados referentes à criação e regulamentação de instituições de ensino. De acordo com Arostegui (2006) a articulação de uma pesquisa envolve as fontes, a organização da informação e a relação com outras pesquisas. A partir disso, realizamos o mapeamento e a organização dos dados esteve baseada nos seguintes critérios: ano de referência, referência do documento, ação apresentada e transcrição do trecho do documento. Após essa organização realizamos a análise dos resultados a luz do referencial teórico-metodológico e relacionamos com alguns estudos que se aproximam da temática. “Nenhuma pesquisa pode estar isolada das demais da área” (AROSTEGUI, 2006). Desse modo fazemos referência a alguns estudos que trazem contribuições para essa pesquisa. O trabalho de Célia Regina Otranto (2003) “A política de educação superior agrônômica no início do século XX: a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária”, “Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930)” de Milton Ramon Pires de Oliveira (2004), “As Escolas de Aprendizes Artífices - estrutura e evolução” de Manoel de Jesus Soares (1982) e “Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934)” de Marco Arlindo Amorim Melo Nery (2009).

Para Arostegui (2006) o trabalho das fontes não se resume a extração de informações, portanto é necessário realizar a crítica das fontes, questioná-las. Nesse sentido, percebemos os relatórios como fontes “para a história”, ou seja, não foram criados com essa intencionalidade mas servem a esse propósito. E essa análise não é um trabalho mecânico, carece de uma preparação teórica e metodológica. Além disso, a adequação das fontes está diretamente ligada aos objetivos da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no período de 1909 a 1930, merece destaque no que se refere ao ensino profissional, no ensino agrícola, industrial e comercial. As ações para a promoção desse ensino envolviam não só a criação de escolas, mas também subvenção de instituições estaduais e municipais ou de iniciativa privada, cursos ambulantes, institutos de pesquisa, patronatos e outras ações diversas como exibições de filmes educativos e distribuição de materiais como o Guia do Agricultor do Brasil, por exemplo.

Os relatórios nos revelam que o Ministério demonstrava preocupação e revelava um veemente interesse no desenvolvimento do ensino profissional, prospectando o desenvolvimento econômico que o mesmo poderia proporcionar ao país. Percebemos que os

objetivos do desenvolvimento do ensino estavam mais voltados para o desenvolvimento econômico do que para a formação da população brasileira.

Claro se me affigura que a crise tremenda que assoberba a instrucción publica principalmente, argúes a deficiencia dos moldes em que está vasado o ensino official, o seu visceral antagonismo com as exigencias da sociedade moderna que, bem entendidas, estão impondo a obrigação de cuidar menos em formar cavos doutores e muito mais em formar homens. É de instrucción applicada, de ensino pratico, profissional e agricola que precisamos, e é sobre taes bases que, eu suponho, virá um dia a se fazer a reforma geral do ensino, de maneira a se lhe restituir com o valor intrinseco a moralidade e o prestigio tão seriamente abalados. (BRASIL, 1910, págs. XXVI e XXVII)

Na fala do ministro Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, na introdução do relatório de 1909, publicado em 1910, observamos a valorização do ensino técnico e prático, único que, segundo a sua visão poderia suprir os anseios da sociedade moderna. Além disso, ele atribui a formação teórica a crise pela qual estava passando a instrução pública. Manfredi (2003) trata da concepção de ensino profissional como espaço de disputa de interesses e fruto da relação e escola e trabalho. Dessa forma, analisamos a relação das determinações ministeriais com as necessidades sociais. “Com isso, não se quer dizer que não haja uma correlação entre as necessidades e as transformações em curso no mundo do trabalho, com a emergência de novos requisitos educacionais e a importância da escola” (MANFREDI, 2003, p. 50).

O ensino se expandiu em diversos níveis, apesar da divisão em níveis de ensino todos as instituições de ensino mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio eram consideradas como um conjunto e formavam a “Instrução Technica Profissional”, dividida nos ramos agrícola, industrial e comercial (BRASIL, 1910). A partir disso abordaremos nesse estudo a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, as escolas médias ou teórico-práticas, aprendizados agrícolas, escolas de laticínios, a Escolas de Aprendizes Artífices, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e também a Escola de Minas de Ouro Preto.

O ensino agrícola se desenvolveu amplamente nesse período tendo em vista o caráter essencialmente agrícola do país, onde o desenvolvimento econômico estava concentrado nas áreas de maior desenvolvimento agropecuário. De acordo com o Plano Geral de Organização do Ensino Agrônômico, estabelecido pelo decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, estavam contempladas não só o ensino de práticas de agricultura, mas também de outras áreas próprias do meio rural. “O plano de organização que, com esse objectivo, elaborei tem por fim a instrucción technica profissional relativa à agricultura e aos diversos ramos de actividade que lhe são correlativos e comprehende: o ensino agricola, de zootechnia, medicina veterinaria e industrias rurais”. (BRASIL, 1910, p. 61)

Nesse sentido, destacava-se a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, criada para formar engenheiros agrônomos e médicos veterinários, os quais teriam o papel de dirigir a modernização das práticas rurais e encarregados também de formar os trabalhadores nas demais escolas. Anos depois foi criado também o curso de Química Industrial, que tem seu primeiro registro no relatório do ano de 1920 (BRASIL, 1921) apesar de Otranto (2003) afirmar que o mesmo só foi criado no ano de 1925. Foi a primeira escola superior federal do ramo e os seus currículos era padrão para as demais escolas agrícolas criadas pelo Ministério. Essa escola

foi criada através do decreto 8.319 de 1910, o mesmo que instituiu o Plano Geral de Organização do Ensino Agrônômico (BRASIL, 1910).

Criada no ano de 1910, a escola só pode ser inaugurada em 1913, devido a dificuldades relacionadas ao prédio onde deveria ser instalada. Apesar da necessidade de promover um ensino prático e do caráter essencialmente rural foi inaugurada na área urbana da capital federal, Rio de Janeiro (OTRANTO, 2003). Foi extinta no ano de 1915 devido a cortes orçamentários e teve suas atividades retomadas em 1916 (BRASIL, 1920). Através do decreto 12.012 de março de 1916, a Escola Superior e as escolas médias ou teórico-práticas foram reunidas no mesmo estabelecimento na cidade de Pinheiro, no Rio de Janeiro, as escolas médias foram extintas restando somente a Escola Superior (BRASIL, 1916). Em 1918 foi transferida para a cidade de Niterói, também no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1927, e em 1927 retornou para a capital (OTRANTO, 2003).

O novo regulamento da escola foi aprovado pelo decreto 14.120 de 29 de março de 1920, revogando as determinações do regulamento anterior, aprovado pelo decreto 12.927 de março de 1918. Esse novo regulamento propunha uma reforma nos cursos oferecidos pela escola, especialmente o curso de formação de engenheiros agrônomos, através da ampliação dos conteúdos, números de cadeiras e também pessoal para a área administrativa da escola. O ministério pretendia que essa reforma impulsionasse o desenvolvimento da mesma (BRASIL, 1921).

As escolas médias ou teórico-práticas envolviam em seus currículos, assim como a Escola Superior, agricultura e veterinária além de zootecnia e indústrias rurais (BRASIL, 1910, p. 631). A formação era voltada para a formação de profissionais de nível médio para o gerenciamento de atividades no campo. Partilhavam do mesmo princípio de promover o desenvolvimento das atividades agrícolas através da modernização das práticas. Foram criadas três escolas desse tipo, uma na Bahia, uma em São Paulo e mais uma no Rio Grande do Sul (BRASIL, 1912; 1913;1915). No ano de 1916 foram extintas, unindo-se com a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e tornando-se uma única instituição, como exposto anteriormente.

Os aprendizados agrícolas correspondiam ao nível primário e visavam a formação dos jovens, filho de trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2004). Também foram criados através do decreto 8.319 de 1910. Os aprendizados poderiam adotar regimes de internato ou externato de acordo com as determinações específicos para cada um como número de alunos e a densidade populacional das regiões em que estavam localizados. Neles o ensino deveria ser exclusivamente prático e os espaços em que estavam localizados deveriam ser semelhantes às propriedades agrícolas visando o ensino das práticas, mas também a produção agrícola que era revertida para o próprio aprendizado e para a remuneração dos alunos de acordo com a sua produção. Tinham o objetivo de formar trabalhadores para o serviço nas propriedades rurais (BRASIL, 1910). “Em qualquer das hypotheses, os aprendizados deverão ter organização similar a uma propriedade agrícola, orientada pelos modernos methodos culturaes e dispondo dos meios necessários para obter o maior rendimento útil das culturas e das indústrias agrícolas proprias da região” (BRASIL, 1910, p. 649)

As meninas também eram aceitas nos aprendizados para a aprendizagem de práticas “próprias do seu gênero” como as pequenas indústrias rurais. Assim como os adultos que

poderiam participar de cursos abreviados (BRASIL, 1910). Os cursos regulares tinham duração de dois anos, divididos em semestres.

Os primeiros aprendizados a serem criados foram o de Barbacena, em Minas Gerais, de São Luís das Missões, no Rio Grande do Sul, e o de São Simão em São Paulo (BRASIL, 1910). Em 1912 foram criados mais cinco aprendizados, o de Satuba, em Alagoas, o de Tubarão, em Santa Catarina, o da Bahia, o de Guimarães, no Maranhão, e o de Igarapé-Assú, no Pará (BRASIL, 1912). No ano de 1914, devido a cortes orçamentários, os aprendizados de São Simão, Tubarão, Guimarães e Igarapé-Assú foram extintos (BRASIL, 1915). Permaneceram os quatro aprendizados restantes até o ano de 1919, quando foi criado o aprendizado de Joazeiro, também na Bahia (BRASIL, 1920). O aprendizado de São Luís das Missões foi extinto em 1925, fazendo com que retornasse o número de apenas quatro aprendizados (BRASIL, 1926). Em 1927 o aprendizado de Satuba passou para a responsabilidade do estado de Alagoas e o aprendizado de Rio Branco, no Território do Acre, tornou-se uma instituição federal (BRASIL, 1927).

As escolas permanentes de laticínios, embora voltadas para a pecuária, estavam inclusas no ensino agrícola. Em 1911 foram criadas duas unidades em Minas Gerais, maior produtor nacional de queijos e outros laticínios na época, uma no município de Barbacena e outra no município de São João del-Rey. Ambas passaram a funcionar regularmente somente no ano de 1913 (BRASIL, 1914).

No mesmo período em que o ensino agrícola começou a se desenvolver de forma mais organizada o Ministério também adotou uma política para a expansão do ensino técnico industrial. A principal ação para o desenvolvimento dessa política foi a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, no ano de 1909 através do decreto nº 7.566 de setembro do mesmo ano. Elas foram criadas nas capitais de todos os estados da federação, com exceção do Rio Grande do Sul. Nesse estado o ministro Nilo Peçanha julgou mais conveniente subvencionar uma instituição já existente e organizada nos mesmos moldes, o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre. No Rio de Janeiro a escola não estava localizada na capital, mas na cidade de Campos, cidade natal de Nilo Peçanha, em um prédio cedido pela Câmara Municipal (BRASIL, 1910).

Até outubro de 1910, todas as dezenove escolas já haviam sido inauguradas e funcionavam regularmente. Os currículos eram, da mesma forma, pautados no ensino prático e conhecimento técnico, organizados em oficinas. Essas escolas tinham o objetivo de formar operários e contramestres. Essa formação era voltada para “os menores que pretendiam aprender um ofício” (BRASIL, 1910).

As oficinas envolviam trabalhos com marcenaria, funilaria, serralheria, mecânica, tornearia, ferraria, sapataria, alfaiataria, eletricidade, escultura, pintura, entre outras atividades complementares (BRASIL, 1913). Além das oficinas, haviam ainda um curso noturno primário para os analfabetos, para que pudessem acompanhar as lições ministradas nas oficinas, e o curso noturno de desenho para aqueles em que o trabalho exigisse essa habilidade (BRASIL, 1910). Em 1911 o curso de desenho passou a ser obrigatório para todos os alunos (BRASIL, 1912) e em 1918 o curso primário (BRASIL, 1919).

Tendo em vista as dificuldades para a organização do ensino envolvendo principalmente a necessidade de um corpo docente qualificado para cada escola, o Ministério trouxe para sua

responsabilidade a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, criada pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal em 1917 (SOARES, 1982). Logo depois de sua inauguração, essa escola foi transferida para a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio com intuito de formar professores e mestres para as Escolas de Aprendizes Artífices e outras escolas (BRASIL, 1918).

Remodelada como escola media, conforme permitem suas condições actuaes, deve ser provida das officinas e installações de que carece urgentemente, para o fim de preencher as funcções que lhe competem na formação de professores, contra-mestres e operarios destinados ás Escolas de Artífices, Aprendizados e Patronatos Agricolas. (BRASIL, 1920, p. 336)

A escola recebia alunos do sexo masculino e feminino de todos os estados da federação. Esses alunos depois de diplomados deveriam assumir as cadeiras das Escolas de Aprendizes Artífices de sua localidade (BRASIL, 1918).

Em 1920, o ministro Idelfonso Lopes encetou a iniciativa de reorganização e criação de um plano geral para todas as Escolas de Aprendizes, o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico estava incumbido dessa função. “Tanto as sédes dessas escolas como o seu aparelhamento mecânico e os methods de ensino deverão soffrer as transformações impostas pelas praticas mais modernas e efficientes.” (BRASIL, 1920, p. XLIII). O Serviço de Remodelação operou por alguns anos, realizando as modificações necessárias e inspecionando as escolas. Somente em 1926, por determinação do ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, foi estabelecido um currículo unificado para todas as Escolas de Aprendizes Artífices (BRASIL, 1926).

A Escola de Minas de Ouro Preto foi criada pelo decreto 6.026 de novembro de 1875 e no ano de 1909, com a reorganização do Ministério passou para a jurisdição do mesmo (BRASIL, 1910). A formação era voltada para as áreas de geologia e mineralogia, em princípio, mas também desenvolveu posteriormente importantes trabalhos referentes a indústria siderúrgica. Durante o período em que pertenceu ao Ministério a escola formava agrimensores, engenheiros geógrafo, engenheiros industriais, engenheiros de minas e engenheiros civis. Em 1928, a escola deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. “Desde sua fundação até 1928 superintendeu tambem o ensino de Engenharia de Minas na historica Escola de Ouro Preto, hoje incorporada ao Departamento Nacional de Ensino, sob a jurisdicção do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.” (BRASIL, 1929, p. 62)

O ensino comercial foi o que se desenvolveu mais tardiamente e não houve a criação de nenhuma escola por parte do Ministério. Em 1926, esse tipo de ensino já estava sendo desenvolvido em diversas instituições dos grandes centros do país, algumas subvencionadas pelo Ministério. Devido à expansão em instituições tão diversas o ministro Germiniano Lyra Castro decidiu regulamentar o ensino comercial através do decreto 17.329 de 28 de maio de 1926. Esse regulamento fixava todas as diretrizes que as escolas deveriam se adequar para serem reconhecidas pelo Ministério e abrangia também a fiscalização dessas escolas (BRASIL, 1926).

Percebemos que o ensino agrícola foi o que mais se desenvolveu, em vários ramos, envolvendo também a pecuária e a zootecnia. Desde a sua primeira regulamentação, o Plano Geral do Ensino Agrônômico, estava prevista a criação de escolas em diferentes níveis adequadas à produção de cada região e de uma escola superior que deveria ser referência para o currículo e também para a formação dos mestres das demais, que eram em sua maioria engenheiros, a

Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Enquanto o ensino industrial, apesar do número de escolas elevado, havia inicialmente um único tipo de escola voltado somente para a formação de operários. O ensino industrial só recebeu uma escola modelo e que deveria formar os mestres em 1918, quase uma década depois da criação das Escolas de Aprendizes Artífices. O ensino comercial, que se desenvolveu mais tardiamente, não teve nenhuma escola federal e sua regulamentação é do ano de 0000.

Apesar de o Ministério ter adotado uma política de expansão do ensino profissional, expondo constantemente os motivos e os benefícios desse desenvolvimento para o desenvolvimento social e econômico várias dificuldades impediam que o ensino pudesse se desenvolver amplamente. Um dos maiores eram os déficits na estrutura e organização das escolas, muitas vezes justificada pela falta de auxílio dos estados e municípios. "Dous problemas se offereciam á minha ponderação, ao cogitar da diffusão do ensino agronomico, nos moldes traçados pelo referido decreto: um consistindo na avaliação dos gastos do Thesouro, se o Governo Federal tivesse de agir isoladamente, sem participação dos governos locais [...] (BRASIL, 1911, p. 43)

As Escolas de Aprendizes Artífices como possuíam o ensino organizado em oficinas enfrentavam uma grande dificuldade referente aos prédios em que estavam localizadas, o que interferia nos seus resultados. "Mais animadores, porém, seriam taes resultados si não estivessem installadas em predios que não preenchem as condições necessarias ao fim a que foram destinadas. (BRASIL, 1912, p. 229). No entanto, mesmo com as dificuldades enfrentadas observamos o crescimento do número de escola e a constante preocupação do Ministério para a "vulgarização" do ensino e a regulamentação e unificação das práticas em todo o país e em todos os níveis, desde os engenheiros até as populações rurais, com um enfoque especialmente no ensino dos mais jovens. [...] e assim todos os Estados participarão das vantagens do ensino agronomico, cujas consequencias beneficas não tardarão a manifestar-se no computo de nossa produção, na qualidade dos nossos produtos e na situação economica da população rural. (BRASIL, 1911, p. 64)

Embora a proposta fosse de expansão em todos os estados, somente as Escolas de Aprendizes Artífices foram distribuídas igualitariamente, o Rio Grande do Sul não recebeu uma escola nova, mas a instituição subvencionada recebia os mesmos recursos que as demais. Os estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Sergipe e Amazonas não receberam nenhuma escola agrícola. O estado de Minas Gerais foi o que mais recebeu escolas federais, uma escola média ou teórico-prática, um aprendizado, duas escolas de laticínios, a Escola de Minas de Ouro Preto e a Escola de Aprendizes Artífices.

Levando em consideração a primeira organização regional atribuída pelo IBGE em 1913, observamos que a região oriental foi a que mais recebeu escolas profissionais federais. Nela estão o estado de Minas Gerais, o estado com a maior quantidade de escolas e também maior diversidade, o estado do Rio de Janeiro, onde estava localizada a Capital Federal e as duas escolas de referência, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. Além desses estava também o estado da Bahia que teve além da Escola de Aprendizes Artífices, comum a todos os estados, uma escola média ou teórico-prática e dois aprendizados agrícolas. A região do norte oriental, que corresponde a grande parte do nordeste atual, não recebeu nenhuma escola federal agrícola, assim como a região central. Nas regiões

setentrional e meridional foi criado apenas um aprendizado agrícola em cada uma. No Território do Acre foi criado apenas um aprendizado agrícola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio adotou desde 1909 uma política de expansão do ensino profissional, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país. O ensino profissional mantido pelo Ministério compreendia três vertentes: o ensino agrícola, o ensino técnico industrial e o ensino técnico comercial. Juntos eles formavam a Instrução Técnica Profissional.

Para a consolidação dessa política o Ministério realizou diferentes ações como a criação de institutos de pesquisa, campos de demonstração, fazendas-modelo, subvenção de instituições de iniciativa estadual, municipal ou privada, entre outros. No entanto, a que mais se destaca foi a criação de escolas de diferentes níveis.

O ensino agrícola abrangia uma escola superior, escolas médias ou teórico-práticas, aprendizados agrícolas e escolas de laticínios, de nível primário. O ensino industrial contava apenas com as Escolas de Aprendizes Artífices e a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. O ensino comercial não era formado por escolas federais, mas era regulamentado pelo Ministério. Minas Gerais foi o estado com maior número de escolas e maior diversidade. Além desse se destacam o estado do Rio de Janeiro com as escolas de referência do ensino agrícola e do ensino industrial e o da Bahia com dois tipos de escolas agrícolas e uma Escola de Aprendizes Artífices.

Desse modo, ressaltamos a relevância desse estudo para a área da história da educação profissional, tendo em vista a escassez de estudos sobre o tema. Portanto, pretendemos contribuir com esse campo através das discussões apresentadas, do enfoque abordando o ensino profissional a partir do Ministério e das fontes que foram utilizadas.

5 REFERÊNCIAS

AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Edusc, 2006.

BARROS, José D'Assunção. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. **Sæculum—Revista de História**, n. 12, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906**. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Diário Oficial da União.

BRASIL. **Decreto nº 6.026, de 6 de novembro de 1875**. Cria uma Escola de minas na Província de Minas Gerais, e dá-lhe Regulamento. Diário Oficial da União.

BRASIL. **Decreto nº 7.501, DE 12 de agosto de 1909**. Dispõe sobre as medidas provisórias para a instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diário Oficial da União.

BRASIL. **Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910**. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 nov, 1910. Seção 1, página 9516 (Republicação).

BRASIL. **Decreto nº 7.501, de 12 de agosto de 1909.** Dispõe sobre as medidas provisórias para a instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 ago. 1909. Seção 1, página 5981.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da União.

BRASIL. **Decreto nº 12.012, de 29 de março de 1916.** Transfere as sedes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária Escola Média ou Teórico-prática da Bahia e reúne em um só os dois mencionados estabelecimentos de ensino e a Escola de Agricultura anexa ao Posto Zootécnico Federal de Pinheiro, com a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Diário Oficial da União.

BRASIL. **Decreto nº 12.927, de 20 de março de 1918.** Dá novo regulamento à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Diário Oficial da União.

BRASIL. **Decreto nº 14.120, de 29 de março de 1920.** Dá novo regulamento à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Diário Oficial da União.

BRASIL. **Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926.** Aprova, o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Diário Oficial da União.

BRASIL. **Decreto nº 19.448, de 3 de dezembro de 1930.** Dá nova denominação ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; estabelece normas para o funcionamento dos serviços sob sua jurisdição até que sejam remodelados os regulamentos atuais, e adota medidas tendentes à simplificação dos serviços burocráticos nesse ministério. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 dez. 1930. Seção 1, página 21958.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda no ano de 1910** - Volume I. Rio de Janeiro: Oficinas da Directoria Geral de Estatística, 1910.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Indústria e Commercio Dr. Pedro de Toledo no ano de 1911** - Volume I. Rio de Janeiro: Oficinas da Directoria Geral de Estatística, 1911.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio no ano de 1912** - Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio no ano de 1914** - Volume I. Rio de Janeiro: Typographia do Ministerio da Agricultura, Indústria e Commercio, 1914.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti. Anno de 1915.** Rio de Janeiro: Typographia da Directoria geral de Estatística. 1915.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti. Anno de 1916** - Volume I. 1916.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Mnistro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Dr. João Gonçalves Pereira Lima. Anno de 1918**. Rio de Janeiro. Typographia da Directoria Geral de Estatistica. 1918.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio Idelfonso Simões Lopes**. Rio de Janeiro. Papelaria e Typographia Villas-Boas & C. 1920.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio Idelfonso Simões Lopes**. Rio de Janeiro. Papelaria e Typographia Villas-Boas & C. 1921.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro. Anno de 1926**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1928.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro. Anno de 1927**. Rio de Janeiro. Typ. do Serviço de Informações do Ministerio da Agricultura. 1929.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro. Anno de 1928**. Rio de Janeiro. Typ. do Serviço de Informações do Ministerio da Agricultura. 1929.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro. Anno de 1929**. Rio de Janeiro. Typ. do Serviço de Informações do Ministerio da Agricultura. 1930.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo. Cortez. 2003

OTRANTO, Celia Regina. A política de Educação Superior Agronômica no início do século XX: a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Anais da 26ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires. **Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930)**. History of Education Journal, v. 8, n. 15, p. 129-142.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934)**. Revista Tempos e Espaços em Educação, 2014.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003

SOARES, Manoel de Jesus Araujo. **As escolas de aprendizes artífices-estrutura e evolução**. In: Fórum educacional. 1982. p. 58-92.